

AS CONTRIBUIÇÕES DE JOSUE DE CASTRO NO ESTUDO PARA O COMBATE A FOME

Tito Galvanin Neto (Especialização/UEL)

Maria José de Rezende (Orientadora)

Palavras-chave: Insegurança Alimentar; Desigualdades Sociais; Método Geográfico.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho foi pesquisada a questão da fome à luz de Josué de Castro¹, tem-se por objetivo fixar esforços na intenção de compreender o seu pensamento dedicado na luta contra a fome.

O interesse em estudar a questão da fome através da leitura de Josué de Castro foi o seu modo de trabalhar os problemas sociais numa visão multilateral das ciências. Autor do conhecido estudo intitulado ‘Geografia da Fome’ teve formação medica com enfoque em epidemiologia, mas também um profundo conhecedor nas ciências humanas e naturais. Afirmar que a fome é manifestação biológica de um problema social e abordar os fenômenos sociais através dos procedimentos fisiológicos são apontamentos que não podem ser descartados pelas ciências humanas.

Afirma o autor, que não se trata de estudar a questão da fome como um apetite de ordem fisiológica, como um instinto irracional; mas sim como calamidade universal que ultrapassa os índices de mortalidade das grandes guerras e que ao contrario do que se imaginava não tem diminuído com significância.

¹ Lecionou na Faculdade de Medicina no Rio de Janeiro; realizou pesquisas de campo, inclusive sobre as condições de vida do operariado pernambucano junto ao departamento de saúde pública do estado; ocupou a cátedra de Geografia Humana na Universidade do Distrito Federal. Em meados da década de 1940 atuou no Serviço de Alimentação e Previdência Social (SAPS) no Governo Getúlio Vargas e também no Serviço Técnico de Alimentação Nacional (STAN), que após a Segunda Guerra Mundial passou a ser incorporado à Universidade do Brasil passando a ser futuramente o Instituto de Nutrição da Universidade do Brasil (INUB). A partir de 1964, enquanto esteve na França lecionou na Universidade de Paris. Após as publicações de Geografia da Fome e Geopolítica da Fome ele passou a ser visto no cenário internacional como um grande e respeitado intelectual. Como consequência de seu reconhecimento assume em meados de 1950, a presidência do conselho executivo da FAO (Food and Agricultural Organization), órgão da ONU (Organização das Nações Unidas). Atuou no Centro Internacional de Desenvolvimento, sobretudo na África. Recebeu os prêmios Roosevelt e o de Intelectual da Paz entre outros.

Em meados da década de 50, no prefácio de “Geografia da Fome”, afirma que a questão da fome é um tema perigoso e que o pouco material produzido sobre o tema não é mero desinteresse da ciência, é na verdade um tabu específico, o da fome.

TABU DA FOME

Segundo J. de Castro, este tabu é premeditado pela própria alma da cultura ocidental/racionalista, na qual os interesses e os preconceitos de ordem moral, política e econômica fizeram da fome um tema pouco aconselhável em ser discutido publicamente “[...] a fome traduz sempre um sentimento de culpa, uma prova que as organizações sociais vigentes se encontram incapazes de satisfazer a mais fundamental das necessidades humanas a necessidade de alimentos” (CASTRO, 1960 a , p.34).

Com “Geografia da Fome”, o autor, se torna um dos principais interlocutores sobre a questão alimentar no mundo. Com um tom de denúncia, o livro aborda os grupos de interesses e o modo de organização econômica do país, trazendo á tona o combate ao “tabu da fome”:

A própria ciência e a técnica ocidentais, envaidecidas por suas brilhantes conquistas materiais, no domínio das forças da natureza, se sentiram humilhadas, confessando abertamente o seu absoluto fracasso em melhorar as condições de vida humana no nosso planeta, e com o seu reticente silêncio sobre o assunto faziam-se, consciente ou inconscientemente, cúmplices dos interesses políticos que procuravam ocultar a verdadeira situação de enormes massas humanas envolvidas em caráter permanente no círculo de ferro da fome. (CASTRO, 1960 a, p. 32).

Josué de Castro ressalta a necessidade de intensificar os estudos sobre a questão da fome para que as medidas projetadas possam atingir o seu objetivo, ou seja, é abordando a questão da fome, pesquisando sobre as causas, as origens e os efeitos que o tabu pode ser rompido.

Suas divergências no interior da Organização das Nações Unidas merecem destaque. Buscava contestar a teoria malthusiana, pois considerava um retrocesso pelo seu aspecto profético. Mas, não só na intenção de negar as interpretações dos neo-malthusianos e sim com o propósito de discutir o tema, tornar a fome um problema público de caráter mundial, ou seja, criar uma dialética.

A DIALÉTICA DA FOME

Este ponto é imprescindível na compreensão da própria questão da fome assim como na estrutura do pensamento do autor, a sua crítica ferrenha a teoria de Thomas Robert Malthus² não pode passar em branco.

Primeiro, pela questão base que diferencia a teoria de um a de outro: a causa/origem da fome. Enquanto Malthus ressalta os aspectos limitados da natureza e a superpopulação como fontes causadoras da fome, Josué de Castro afirma que as fontes naturais não são limitadas, mas na verdade são poucos exploradas. Em segundo lugar, pelo rico debate que ocorrera no interior da ONU com Castro e os neo-malthusianos, representados pelo respeitado intelectual Gunnar Myrdal³. “Juntos”, Myrdal e Castro propiciaram discussões que alavancaram o crescimento científico acerca da questão da fome e conseqüentemente ajudaram a dizimar o tabu. Fizeram eles, saltar aos olhos do mundo um “problema em comum”, democratizando o assunto e comprovando que a fome estava em todos os países independentemente dos aspectos sociais, políticos, econômicos ou geográficos.

A TEORIA DE T.R. MALTHUS

A teoria malthusiana não se prende a uma determinada época, quando noticia-se sobre a crise dos alimentos nos meios midiáticos - que nada mais é do que a inflação alimentícia devido a demanda - e relacionamos com os índices recordes de safras em cereais, percebemos que há uma contradição e logo pensamos: “Se produzimos mais alimentos e ainda sim não damos conta da demanda, o que há na verdade é muita gente para pouco alimento”. Quando pensamos assim estamos reafirmando um embasamento teórico/científico de dois séculos atrás e apresentada por Thomas Robert Malthus.

O cerne do embate teórico-político está no contraste que Malthus estabeleceu. Afirma que o alimento é essencial para a continuidade da raça humana e por isso mesmo a produção de alimentos nunca cessaria, em contrapartida o crescimento demográfico

² Thomas Robert Malthus nasceu em 1766 na Inglaterra e pertenceu à média aristocracia rural. Foi tutorado pelo pai, Daniel Malthus, amigo íntimo de David Hume (1711-1776) e Jean-Jaques Rousseau (1712-1778). Sua formação inicial foi em Matemática com conatos da Física newtoniana, e uma boa formação nas ciências humanas como História e Letras clássicas (grego e latim), mas trabalhou e se especializou na área da ciência econômica. Teve como uma de suas grandes obras o *Ensaio sobre o princípio da população* que causou grande polêmica e ainda sim foi re-editado por varias vezes. Faleceu em 1834.

³ Karl Gunnar Myrdal (1898 – 1987) economista, sociólogo e político sueco trabalhava com as questões referentes a economia e sobre as teorias de desenvolvimento equilibrado.

creceria em uma razão desproporcional a primeira – utilizou dados da taxa de natalidade da época e concluiu que em ciclos de 25 anos ” [...] a espécie humana aumentaria a razão de 1, 2, 4, 8, 16, 32, 64, 128, 256, 512 etc, e o meios de subsistência a de 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, etc. (SZMERCÁSANYI, 1982, pg.61).” Para ele o crescimento demográfico e o da produção de alimentos deveriam ser mantidos em níveis iguais de progressão, assim como na natureza. Considera que o descumprimento desta “lei da natureza”, viria a ser o fator de maior preocupação para a busca de uma sociedade perfeita. Malthus, estabelece duas formas de progressões no qual o aumento da população dar-se-ia de forma geométrica e o da produção de alimentos de forma aritmética.

Quando utiliza o termo de crescimento demográfico de forma geométrica procura demonstrar que a população multiplica-se a ponto de abafar a produção agrícola, primeiro pela quantidade de pessoas e segundo por ocupar espaços de terras cultiváveis. Malthus ainda vai além e afirma que essa progressão só não se dava nas populações sujeitas a obstáculos, chamados de “*checks*”. Considerava estes obstáculos como positivos, pois aumentaria a taxa de mortalidade. Dentre os “*checks*” estavam: a fome, a miséria, as epidemias etc., via nessas barreiras uma lei natural e processual na qual “[...] a miséria é uma conseqüência absolutamente necessária.” (SZMERCÁSANYI, 1982, p.57- 58).

Quanto ao crescimento da produção de alimentos de forma aritmética, Malthus encarava que o cultivo da produção estava em escala máxima e que as terras cultiváveis estavam sucumbidas, ignorando as perspectivas da ciência. Sendo assim a capacidade de crescimento demográfico seria sempre superior ao potencial de incremento da produção de alimentos.

UM NOVO OLHAR

Em “O Livro Negro da Fome”, Castro define a teoria de T. Robert Malthus como ‘a bíblia política dos ricos, dos egoístas e dos sensuais’ (Southey⁴). Apontava que os ideais e os conceitos mathusianos não tinham fundamentação científica e se tratavam de uma teoria preconceituosa e elitista. Foi com a motivação de esclarecer a questão da fome e de comprovar a ilegitimidade desta doutrina, que Josué de Castro traça a sua história no cenário político-intelectual mundial.

Acredita que a primeira falha na teoria do economista inglês, foi trabalhar com realidades específicas e torná-las uma regra geral, foi o que fez sobre a taxa de crescimento

⁴ Robert Southey (1774 – 1843) historiador britânico.

demográfico. Malthus trabalha os fenômenos sem relacioná-los com aspectos políticos, sociais e econômicos intrínsecos a formação de uma sociedade, criando assim uma espécie de “molde”, ineficaz, para estudar o fenômeno da fome.

A idéia malthusiana de que nos próximos três séculos chegaríamos a uma calamidade com quase 21 bilhões de habitantes, através dos cálculos da progressão geométrica; além de ser uma previsão que não cabe a ciência racional, se mostrou em varias situações que a taxa de natalidade tem diminuído e muito em alguns países. Sendo assim não há como prever o crescimento populacional sem um estudo minucioso das particularidades daquele local, e sobretudo, a ciência não se faz de previsões.

Sobre os aspectos naturais limitados, Josue de Castro afirma que na teoria malthusiana faltam justificativas, estudos empíricos, ciência de fato. A grande dificuldade na interpretação na teoria é o fato de trabalhar a questão da produção de alimentos como se estivéssemos nos limites do aproveitamento do solo.

Através dos estudos do comitê especial da Food and Agriculture Organization/ONU buscou comprovar que os solos cultiváveis do mundo não estão todos em real cultivo para a produção de alimentos, apresentando que, “dos 50% dos solos do planeta passíveis de cultivo, apenas 10% produzem atualmente, restando ainda 40% para serem utilizados na luta contra a fome” (CASTRO, 1968 b, p.63) – estes números ainda não apresentam mudanças significativas. Josué de Castro ainda ressalta sobre as possibilidades da ciência e da tecnologia no aumento da produção, com investimento tecnológico e uso racional das sementes. Acredita que o progresso tecnológico será a “mola propulsora” na produção agrícola e intimidando as teorias de mesquinhez da natureza.

Tem-se como exemplo empírico, inúmeros casos de bem sucedidas agriculturas em terrenos ‘mitologicamente’ não cultiváveis, como os desertos e solos fracos. Hoje grandes áreas são cultivadas em solos pouco propícios como Israel e Egito. O primeiro através de um intrincado sistema de irrigação que veio a fortalecer a produção alimentar do país. O segundo oferece subsídios aos interessados em cultivar alimentos nas áreas desérticas e com um suporte tecnológico interessante, o sistema Dry Water (água seca). Dry Water é uma água em gel, que é aplicada em tubos inseridos no solo ao redor das sementes, o solo e a semente passam a absorver e o cultivo cresce - este material só necessita ser trocado a cada 4 meses. Estes são exemplos empíricos que a ciência pode fazer mais pelo combate a fome.

A CIÊNCIA E O SEU DESCASO DIANTE DA FOME

Para Josué de Castro, a ciência tem sido conduzida por critérios políticos e econômicos que não priorizam as questões humanas mais fundamentais. Ressalta que a ciência deve ser um instrumento de combate a fome, pois o conhecimento científico está acima das tendências ideológicas e permite a integridade isenta de valores em suas ações. Castro faz a crítica da fragmentação do saber e a era dos especialistas, afirma que este processo é extremamente prejudicial, pois isola os cientistas das questões sociais a serem estudadas e há uma papel mercadológico determinante neste processo:

Acontece que estes cientistas só encontram pagamento quando seus trabalhos são de interesse de alguém: a indústria, o particular e o estado. Ora, neste último século de cultura ocidental, o estado, as instituições e os padrões desviam seus interesses para os problemas de exploração econômica, problemas de produção e de criação de riquezas, desinteressando-se dos problemas humanos, quase só vendo o homem como máquina de produção, como engrenagem de seu economismo técnico. (CASTRO, 1968 b, pg.141).

Considera que a ciência em prol da segurança alimentar deve ter o caráter da multidisciplinaridade, pois consolida uma perspectiva de questionamento para a fome. É justamente essa multidisciplinaridade que o leva a defender o seu método de pesquisa utilizando, o método geográfico.

O MÉTODO GEOGRÁFICO

É no método geográfico que Josué de Castro encontra a liberdade do estudo interdisciplinar e compreende a questão alimentar em associação com a história. Foi com este método que analisou o caráter cultural da alimentação popular com a intenção de comprovar que a má alimentação também é fruto de um processo histórico, assim como as epidemias de fome estão relacionadas ao agente colonizador.

Em “Geografia da Fome”, o autor relata o pouco conhecimento que há acerca da questão da fome. “A maior parte dos estudos científicos se limita a um dos seus aspectos parciais, projetando uma visão unilateral do problema. São quase sempre trabalhos limitados por contingência profissional ao quadro de suas especializações” (CASTRO, 1960 a, p.55).

Segundo ele, é necessário trabalhar a questão como um complexo de manifestações simultaneamente biológicos, econômicos e sociais, afim de descobrir as causas naturais e

como o processo econômico influencia na questão. Josué de Castro busca analisar a questão da fome sobre uma nova perspectiva, um novo olhar, em “Geografia da Fome” justifica:

Para tal fim pretenderemos lançar mão do método geográfico, no estudo do fenômeno da fome. Único método que, a nosso ver, permite estudar o problema em sua realidade total, sem arrebentar-lhe as raízes que o ligam subterraneamente a inúmeras outras manifestações econômicas e sociais da vida dos povos. (CASTRO, 1960 a, p. 34).

Foi com o método geográfico que procurou relacionar a questão da fome com os aspectos políticos-culturais em um trabalho minucioso no país (Geografia da Fome) e ao redor do mundo (Geopolítica da Fome), foi quando justificou o termo:

O sentido real da palavra Geopolítica é o de uma disciplina científica, que busca estabelecer as correlações existentes entre os fatores geográficos e os fenômenos de categoria política, afim de demonstrar que as diretrizes políticas não tem sentido fora dos quadros geográficos, isto é, destacada das realidades e das contingências do meio natural e do meio cultural (CASTRO, 1968 b, p. 27).

Este método não deixa de abordar os aspectos biológicos, fisiológicos, econômicos, sociais e antropológicos, mas seriam orientados pela ciência geográfica como forma de analisar o todo em conjunto. Localizar com precisão, delimitar e correlacionar os fenômenos naturais e culturais que ocorrem nas sociedades em relação ao habitat, ou seja, estudar as ações e reações dos seres vivos diante das influências do meio.

A incorporação da ‘visão geográfica’ de Josué de Castro, requer que se compreenda a alimentação como expansão da inter-relação entre clima, solo, organização econômica e características biológicas dos indivíduos. Desta forma a geografia seria o instrumento adequado para a compreensão da relação entre o biológico e o social:

Só a geografia que considera a terra como um todo e que ensina a saber ver os fenômenos que se passam em sua superfície, a observá-los, agrupá-los e classificá-los, tendo em vista a sua localização, extensão e causalidade, pode orientar o espírito humano na análise do vasto problema de alimentação, como fenômeno ligado, através de influências recíprocas à ação do homem, do solo, do

clima, da vegetação e do horizonte do trabalho. (CASTRO, 1937 apud MAGALHAES, 1997, p. 41).

Josué de Castro afirma que seu estudo tem por objetivo analisar o tema da fome de forma coletiva e a sua relação com o meio e não, uma visão de trabalhar a fome individual ou de ordem fisiológica.

FOME E SUBDESENVOLVIMENTO

Segundo Castro, a fome e o subdesenvolvimento são fenômenos intrínsecos, que compartilham em suas raízes as mesmas causas e, em suas conseqüências, os mesmos efeitos. Para ele, a questão da fome e o estado de subdesenvolvimento dos países, estão imbricados. Afirma que: “a fome não é mais do que uma expressão – a mais trágica expressão do subdesenvolvimento” (CASTRO, 1960 a, p.305).

Ao afirmar que os fenômenos “*são uma coisa só*” evidencia que o combate a fome e o subdesenvolvimento fazem parte de um mesmo processo que tem em sua origem a má distribuição de renda. Portanto, propõe que as ações devem ser de amenizar as desigualdades sociais. Considera que “fome e subdesenvolvimento são uma coisa só, não havendo outro caminho para lutar contra a fome, senão o da emancipação econômica e da elevação dos níveis da produtividade das massas de famintos.” (CASTRO, 1960 b, p.1).

Em “*Sete palmos de terra e um caixão*”, J. de Castro compartilha do estudo de Celso Furtado o qual considera que o subdesenvolvimento não deve ser encarado como uma etapa em que os povos subdesenvolvidos devam necessariamente vivenciar, considera que o subdesenvolvimento não é uma fase, mas uma forma, uma expressão do capitalismo. É norteado por esse pensamento que Castro vem a esclarecer que o subdesenvolvimento não é uma etapa, não é um estágio do progresso rumo ao desenvolvimento. Castro ‘bebe’ do seguinte pensamento de Celso Furtado:

[...] o subdesenvolvimento é, portanto, um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram um certo grau superior de desenvolvimento. Para captar a essência do problema das atuais economias subdesenvolvidas, necessário se torna levar em conta essa peculiaridade. (FURTADO¹, apud REZENDE, 2004, p.134)

Nesse sentido, Josué de Castro ressalta que o subdesenvolvimento também não é uma realidade à qual se esteja fatalmente condenando e estagnado. Acredita que é a

produtividade, o ponto-chave do problema, mas, para isso deve ser encarado em termos de uma economia humanista. É importante notar que ao incentivar o crescimento produtivo, Josué de Castro afasta-se do pensamento econômico liberal ortodoxo e privilegia, basicamente, o crescimento da produção, aliado ao aumento do consumo e a distribuição de renda. A idéia da distribuição da riqueza como um processo natural, guiado pelo próprio mercado, se torna para ele, uma grande mentira.

Formou-se o mito da riqueza, ou melhor, do crescimento da riqueza [...] que maximizando a produtividade da mão de obra e do capital, chegar-se ia a promover a generalização do progresso e da riqueza. Esta distribuição da riqueza far-se-ia automaticamente por esta força que Adam Smith chamava de a ‘mão invisível’ que, numa economia liberal do *laissez-faire* se ocuparia de promover o equilíbrio econômico do mundo. (CASTRO A, 1984, p.88) .

Para Josué de Castro esta ‘mão invisível’ na verdade nunca existiu a favor da distribuição da renda e, pelo contrário, seria a verdadeira ‘mão visível’ dos grupos dominantes que sempre monopolizaram e guiaram os benefícios a si próprios. J. de Castro propõe um novo conceito de desenvolvimento, com caráter distributivo com a intenção de minimizar as desigualdades sociais. Ele propõe uma economia com um caráter humanitário:

O conceito de desenvolvimento não é meramente quantitativo, mas compreende os aspectos qualitativos, dos grupos que a concerne. Crescer é uma coisa; desenvolver é outra. Crescer é, em linhas gerais fácil. Desenvolver equilibradamente, difícil. Tão difícil que nenhum país do mundo conseguiu ainda. Desta perspectiva. O mundo todo continua mais ou menos subdesenvolvido. (CASTRO A, 1984, pg.102)

Segundo J. de Castro, em última análise, o desajustamento econômico e social é fruto da inaptidão do estado político para servir de poder equilibrante entre os interesses privados e coletivos, entre os interesses nacionais e os monopólios estrangeiros. Considera que é necessário, por parte do poder público, condicionar o desenvolvimento e orientá-lo para fins bem definidos, dos quais nenhum se sobrepõe ao da emancipação alimentar do povo.

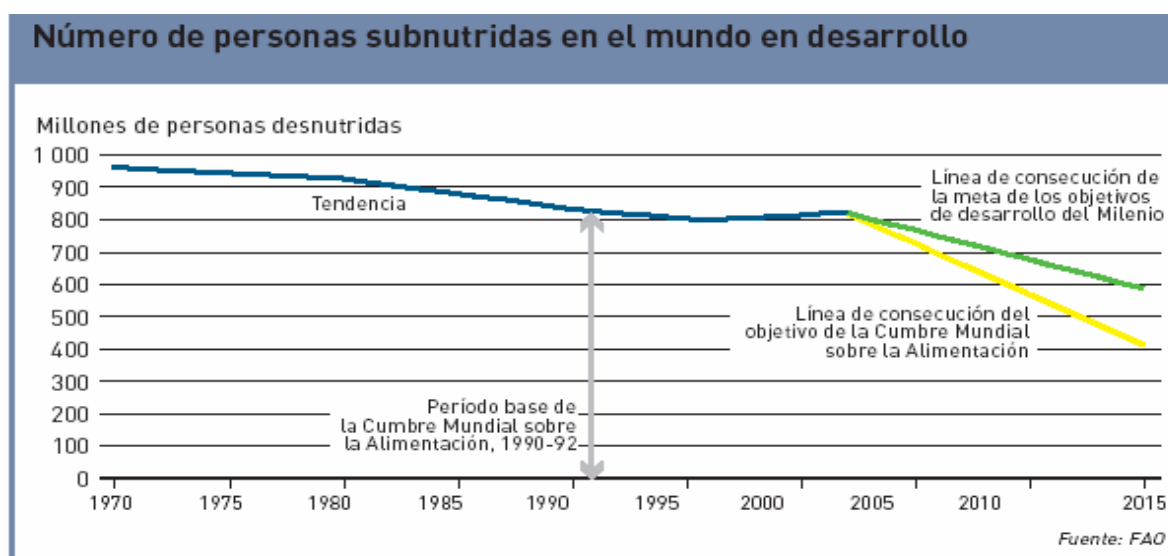
CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar dos números que contabilizam as populações famintas ter diminuído ao longo de 50 anos desde as publicações das obras de Josué de Castro, o que se pode notar é que os números têm caído muito pouco, quase estáveis, e com consideráveis retrocessos em alguns países.

Segundo o estudo da FAO intitulado “*El estado de la inseguridad alimentaria en el mundo 2006*”, no qual apresenta 854 milhões de subnutridos, sendo que 820 milhões estão localizados nos países subdesenvolvidos, confirmam a atualidade dos estudos de Josué de Castro.

A FAO acompanha o desenvolvimento a partir de 1970 e a partir de 1990 pelo surgimento da Cúpula do Milênio, a questão da fome tem tido mais ênfase. A Cúpula Mundial de Alimentação (CMA) ocorrida em Roma no ano de 1996 estabeleceu uma meta para diminuir a quantidade de pessoas subnutridas no planeta em 50% com prazo de cumprimento para 2015. Ver gráfico apresentado pela FAO:

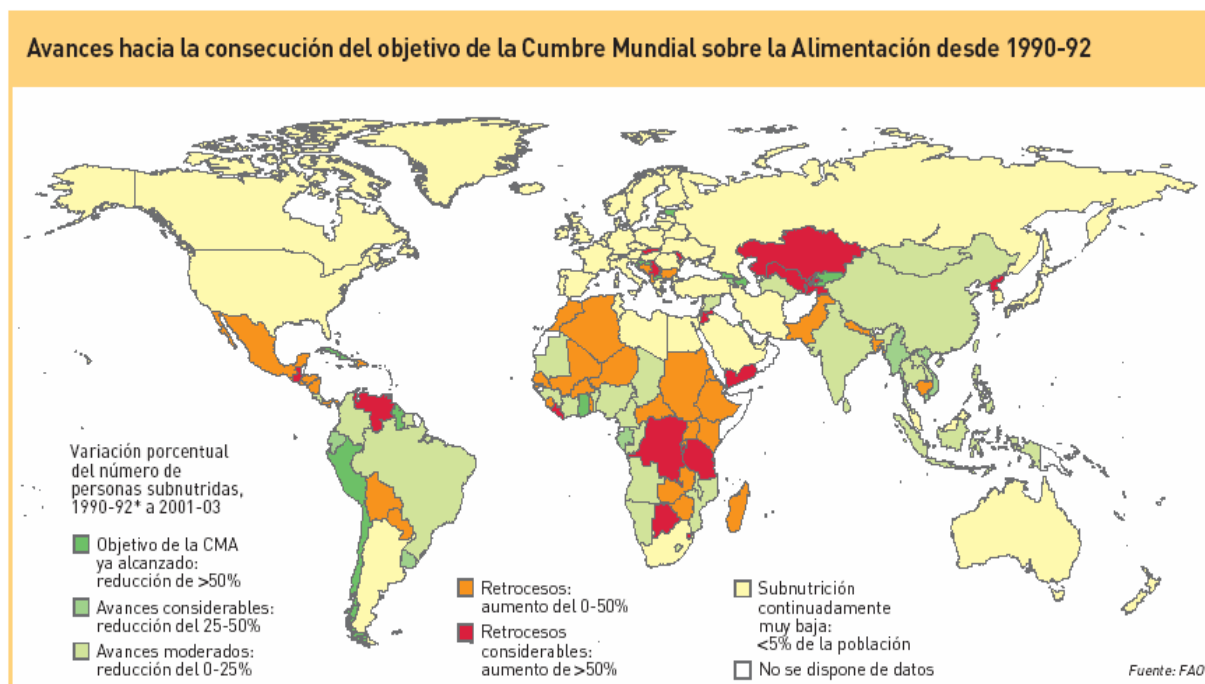
Gráfico 1



Fonte: FAO. El estado de La inseguridad alimentaria em El mundo 2006. Roma. 2006. Editora FAO p.5

As metas de diminuir a fome não será das mais fáceis considerando os avanços e os retrocessos que ocorreram ao longo dos anos. Grandes avanços ocorreram na América Latina, na Ásia e no Pacífico – com alguns retrocessos – mas há ainda um calamitoso quadro de fome na África Subsaariana. (Gráfico 2)

Gráfico 2



Fonte: FAO. El estado de La inseguridad alimentaria em El mundo 2006. Roma. 2006. Editora FAO p.31

Alguns projetos foram destacados neste estudo, entre eles o brasileiro *Fome Zero*. O estudo demonstra que o desenvolvimento econômico e agrícola do país melhorou índice de 18,5 milhões de subnutridos e caiu para 14,4 em um prazo de 12 anos. O que significa que 4% da população nacional deixou de se alimentar abaixo da linha de segurança alimentar de Kcal recomendada pela FAO, que é de 3060 kcal. Sabemos que realmente é um número significativo mas poderíamos ter avançado ainda mais o quadro de subnutrição brasileiro que ainda é muito crítico.

Embora o projeto brasileiro já contenha estudos de J. de Castro, fazer uma reavaliação e atualização de “Geografia da Fome” é de suma importância para compreender e combater a fome no país. Como já havia estudado Josué de Castro o combate à fome está no combate as desigualdades sociais, no combate a concentração de rendas, na luta contra a corrupção e no desenvolvimento agrícola e industrial.

Nota-se que os estudos apresentados na atualidade e as soluções que estão em voga, não diferem daquelas apresentadas por Josué de Castro há 50 anos atrás. Ora, se temos todo um complexo e intrincado plano teórico de combate a fome que não foi muito alterado no decorrer de 5 décadas, o problema então não está nas alternativas apresentadas e sim na efetivação das ações, o que nos remete a conclusões de que há tanto crises sistêmicas, políticas quanto uma ganância de mercado. Ou seja, devemos rever nossa trajetória de desenvolvimento, conhecimento científico e comprometimento político.

REFERÊNCIAS

- CASTRO, Ana Maria.(org.) **Fome: Tema Proibido**. Rio de Janeiro/RJ: Vozes,1984.
- CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**. 11.ed. São Paulo/SP: Gryphus., 1960 (a).
- CASTRO, Josué de. **Geopolítica da fome**. 8.ed. São Paulo/SP: Brasiliense S.A., 1968 (a).
v.1 (p.9 – 210) / (b). v.2 (p.211 – 467)
- CASTRO, Josué de . **O livro negro da fome**. 4.ed. São Paulo/SP: Brasiliense S.A., 1960
(b).
- CASTRO, Josué de . **Sete Palmos de Terra e um caixão**. São Paulo/SP: Brasiliense S.A.,
1966.
- MAGALHÃES, Rosana. **Fome** uma (re)leitura de Josué de Castro. Rio de Janeiro/RJ:
Fiocruz. 1997.
- REZENDE, Maria José de. **As raízes históricas do atraso econômico e político no
Brasil: A interpretação de Josué de Castro**. Cadernos CERU, série 2, n 15, 2004.
- SZMRECSÁNYI, Tamás. (Org). **Malthus**. São Paulo/SP: Ática. 1982. (Grandes cientistas
sociais ; 24)

ⁱ FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Nacional
1969.